

## OS RITMOS QUE CARTOGRAFAM NATAL: AS CONSTRUÇÕES DE HABITAÇÕES POPULARES NA CIDADE DA ESPERANÇA E EM MÃE LUÍZA NA DÉCADA DE 1960<sup>1</sup>

*Felipe Tavares de Araújo*<sup>2</sup>

**Resumo:** Nosso objetivo neste artigo é analisar como os diferentes ritmos de construção de habitações populares na Cidade da Esperança e em Mãe Luíza criaram territórios identificados com as temporalidades neles existentes. Para tanto, examinaremos como as diferentes velocidades existentes em cada uma dessas obras estiveram relacionadas a fatores como fontes de financiamento, contratação de mão-de-obra, interesse político-eleitoral e instituição executora ou mobilizadora de contingente. Avaliaremos, por isso, os níveis de envolvimento do Estado e da Igreja Católica na construção de moradias em Natal bem como as razões desse entrelaçamento de ambos com a problemática da habitação popular. As fontes analisadas neste estudo serão o jornal governista Tribuna do Norte e o hebdomadário católico *A Ordem*, escolhidos por serem as vozes oficiais das instituições que ajudaram a erguer os espaços em alusão. Assim, para a execução dessa proposta, iremos promover um diálogo entre a História e o campo da Geografia Cultural, com destaque para um dos conceitos de *território* defendidos pelo pesquisador Rogério Haesbaert (2006).

**Palavras-chave:** habitação popular; Estado; Igreja Católica; território; relação espaço-tempo.

### Introdução

A cidade de Natal, na década de 1960, passou por uma grave crise de provimento de moradia. Era possível encontrar nos jornais do período algumas falas a esse respeito, indicando não apenas o reconhecimento do problema e seus possíveis desdobramentos, mas também formas de solucioná-lo. Nesse

---

<sup>1</sup> Este artigo compreende um trecho de nossa dissertação defendida em setembro de 2014 no Programa de Pós-Graduação em História da UFRN: ARAÚJO, Felipe Tavares. **A argamassa da casa e do conflito:** os usos políticos da construção da Cidade da Esperança feitos pelo grupo aluizista (1964-1966). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

<sup>2</sup> Licenciado em História pela UFRN e mestre em História pela UFRN.

sentido, duas ações ganharam destaque pela quantidade de pessoas envolvidas, pelo número de casas erguidas e pelo poder de divulgação dessas iniciativas que os seus agentes detinham em decorrência da propriedade de jornais: *a Tribuna do Norte* e *A Ordem*. Esses periódicos pertenciam respectivamente ao governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves, e à Igreja Católica.

A *Tribuna do Norte*, canal utilizado pelo governo do estado, e *A Ordem*, meio de comunicação ligado a uma instituição religiosa, fizeram diversas menções às duas diferentes formas de construção de casas populares na cidade de Natal. Esses periódicos relataram o cotidiano nas obras na Cidade da Esperança, um conjunto habitacional de cerca de 570 habitações erigido pelo poder público e voltado para trabalhadores assalariados, e em Mãe Luíza, um morro ocupado por famílias pobres que fugiam da especulação imobiliária, ou seja, dos elevados preços de moradias e terrenos em outros espaços da capital. Essa localidade recebeu forte apoio da Igreja Católica.

Notamos, durante o esquadrinhamento dos jornais referidos, que os ritmos das construções de moradias nos espaços em alusão eram bastante diferentes, sendo aquele da Cidade da Esperança mais acelerado e aquele da edificação de Mãe Luíza mais lento. Em outros termos, enquanto em uma espacialidade os trabalhos dos operários eram mais rápidos e pouco se falava em escassez de materiais de construção, na outra faltavam pedreiros bem como sua matéria-prima de trabalho. Dessa maneira, percebemos que essas diferentes temporalidades caracterizavam cada um dos dois espaços localizados dentro da mesma capital e que eram destinados ao mesmo fim, que era o do provimento de moradia.

Por essas razões, o nosso objetivo neste artigo é investigar os ritmos dessas obras contemporâneas e, por meio disso, analisar a forma como elas cartografaram diferentes espaços dentro da capital. Para tanto, promoveremos um diálogo entre a História e a Geografia Cultural, partindo mais especificamente de um dos conceitos de *território* defendido pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2006), segundo o qual a delimitação e diferenciação de certa área em relação a outras pode se dar através dos diversos tempos que caracterizam cada uma delas. Para esse autor, o tempo pode criar espaços e, aplicando essa concepção, pretendemos examinar de que forma os diferentes

ritmos existentes na Cidade da Esperança e em Mãe Luíza distinguiram localidades que serviam ao mesmo fim, que era suprir a demanda por moradias.

Para seguirmos o caminho proposto, examinaremos o jornal diário *Tribuna do Norte* e o hebdomadário *A Ordem*, que serão avaliados porque apresentavam o dia-a-dia das edificações citadas e com isso possibilitam a realização de um estudo a esse respeito. Será esse o caminho que seguiremos na análise das fontes, ou seja, examinaremos por meio delas o cotidiano dessas obras destacando as dificuldades relativas às construções, os agentes envolvidos, as condições financeiras dos mesmos, as razões da ampla divulgação na imprensa, as representações constituídas e sua articulação com os interesses que baseavam essas iniciativas.

### **A Cidade da Esperança em ritmo de Brasília**

A Cidade da Esperança foi o primeiro conjunto habitacional erguido em Natal pelo poder público. Ela foi erigida na região oeste da capital e em seu edital de licitação estava prevista a construção de 570 habitações de um ou dois quartos. (TRIBUNA DO NORTE, 1964, p.02). O intuito, com isso, era permitir que as famílias que pudessem arcar com os custos de uma residência financiada adquirissem a sua e com isso abandonassem a de parentes ou a alugada.

As atividades de construção desse espaço foram noticiadas diversas vezes na *Tribuna do Norte* e, em alguns momentos, no jornal *A Ordem*. Dentre as falas que lhes diziam respeito estavam aquelas relativas à contratação de pedreiros que contribuíram para seu processo de territorialização. Elas podiam ser encontradas tanto no início das obras, em 1964, quanto no período de sua conclusão, em 1966. (TRIBUNA DO NORTE, 1964, p.01). Nesse último caso, era possível ler que:

Cerca de trezentos operários (pedreiros, ajudantes, pintores, eletricitas, encanadores etc.) trabalhando em vários turnos e atacando as mais diversas tarefas dão a Cidade da Esperança a tonalidade do “ritmo de Brasília”. (TRIBUNA DO NORTE, 1966, p.04).

Nesse período, o conjunto habitacional estava em vias de ser entregue e, para que todas as habitações previstas e constantemente anunciadas pelo poder público fossem entregues antes do fim do mandato do governador Aluizio Alves,

houve uma aceleração das atividades. O número de turnos de trabalho foi elevado e os operários poderiam ser encontrados à noite colocando cimento nos tijolos e encaixando-os uns aos outros, dando forma ao que seria um dia um lar.

Para que a tarefa de entrega dessas residências fosse cumprida no prazo adequado, a edificação da Cidade da Esperança contava com 350 operários. (TRIBUNA DO NORTE, 1966, p. 05). Eles foram os braços que tornaram concreta a planta do conjunto habitacional, porém, para isso, foram coagidos a trabalhar em uma temporalidade bastante rápida, em “ritmo de urgência urgentíssima”. (TRIBUNA DO NORTE, 1964, p. 02). E de fato, a quantidade de operários e a intensidade de seus labores foram bastante altas, pois a primeira casa do conjunto habitacional em análise foi erguida em novembro de 1964 (A ORDEM, 1966, p. 06.) e, em dezembro do mesmo ano o periódico governista anunciou que 140 residências estavam completamente concluídas. (TRIBUNA DO NORTE, 1964, p. 02).

Nesse mesmo período também surgiu uma fala mencionando que a Cidade da Esperança estava sendo construída “em ritmo de Brasília”, ou seja, de maneira rápida, eficiente e moderna. (TRIBUNA DO NORTE, 1964, p.02). A possibilidade da Tribuna do Norte fazer uso da capital do país como referência foi aberta pelo labor veloz e pelo emprego da arquitetura moderna à Le Corbusier, que envolvia a extirpação de ornamentos para a diminuição dos custos, a produção de residências em larga escala e a concepção da casa como espaço meramente funcional. (VESENTINI, 1968, p. 150).

Outro elemento que possibilitou a comparação entre a construção do conjunto habitacional em alusão e Brasília foi o fato da empresa escolhida para erguer as residências em Natal ter sido a ECEL S/A, que havia ganhado uma licitação para erigir 300 casas populares na cidade do cerrado brasileiro. (TRIBUNA DO NORTE, 1965, p. 08). Como ela foi inaugurada em 1960 sob intensa empolgação nacional, os enlances de sua construção ainda estavam bem vivos no período que estudamos. Ela foi, portanto, um dos horizontes buscados na edificação da Cidade da Esperança e, comparando ambas as ações nos dois espaços, podemos imaginar a coação sofrida pelos pedreiros do conjunto habitacional que investigamos se recordarmos aquilo que Vesentini falou sobre os candangos, ou seja, de seu trabalho extenuante e com elevado nível de

exigência decorrente da necessidade de entrega em determinado prazo. (VESENTINI, 1968, p. 107-15).

O professor Vesentini (1968), em sua análise da construção de Brasília, examinou, em certo trecho, a superexploração sofrida pela mão-de-obra que ergueu a capital do país. Dessa forma, ele apresentou fontes como jornais e depoimentos que mencionavam o ritmo de trabalho naquela urbe. Elas apontavam a rotina das obras, que ocorriam com grande intensidade e com turnos integrais, ou seja, havia labor pela manhã, à tarde e à noite. Os operários, portanto, costumavam praticar as chamadas “viradas”, em que certos dias da semana eles trabalhavam de um dia até o seguinte, praticamente sem dormir. (VESENTINI, 1968, p. 107-15). Esse mesmo ritmo bem como o turno integral também foi praticado na Cidade da Esperança.

Conforme A Ordem, a velocidade inicial das obras no conjunto habitacional que analisamos era elevada, aumentou ainda mais no intervalo situado entre a segunda metade de 1965 e o começo de 1966, período em que houve eleições para governador e prefeito de Natal, bem como foi o período de finalização da administração de Aluizio Alves. Esse intervalo em que o ritmo da edificação do conjunto habitacional aumentou foi politicamente relevante, pois foi um período eleitoral e em que Agnelo Alves se tornou candidato a prefeito. Ele era irmão do governador e havia sido o presidente da Fundação de Habitação Popular – FUNDHAP – órgão público responsável pela execução da obra em referência.

O nome de Agnelo Alves estava imbricado à Cidade da Esperança porque quando presidente da FUNDHAP a Tribuna do Norte publicava o seu cotidiano de funcionário público em uma coluna chamada Tribuna Política. Além disso, sempre que havia necessidade de esclarecimento acerca de questões envolvendo aquele conjunto de moradias, Agnelo Alves era o convocado pela imprensa escrita e pelas rádios. Foi por essas razões que ele participou de programas como o *Disque e Pergunte*, na Rádio Cabugi (TRIBUNA DO NORTE, 1964, p.08.) – que pertencia a sua família - e *Grandes Reportagens*, na Rádio Trayri.(TRIBUNA DO NORTE, 1964, p.02).

Essa vinculação entre o governador, seu irmão e o espaço em construção fazia com que o êxito na execução desse trabalho implicasse em reflexos na

candidatura de Agnelo Alves para prefeito e do sucessor de Aluizio Alves para a governadoria, que era o padre Walfredo Gurgel. A conclusão da Cidade da Esperança, então, era politicamente importante, algo semelhante ao que foi Brasília para Kubitschek. Os contratempos nesses dois espaços poderiam representar fracassos nas carreiras daqueles que tinham a eles os seus nomes vinculados.

Quando se aproximaram o fim do mandato de Aluizio Alves e as eleições de 1965, Agnelo Alves se afastou da FUNDHAP e foi substituído por José Dias. Com ele, segundo o periódico *A Ordem*, houve uma aceleração das atividades. Dessa maneira, era possível encontrar notícias como essas:

A Cidade da Esperança continua os seus trabalhos em ritmo acelerado, para dar concluída tão marcante obra no próximo dia 30 do corrente.

[...]

O dr. José Dias, diretor Presidente da FUNDHAP, diariamente comparece às obras da Cidade da Esperança, incentivando os trabalhos e discutindo com os engenheiros a maneira mais rápida de concluir os trabalhos sem prejudicar a obra.

[...]

Na última quarta feira o dr. José Dias discutiu a possibilidade de serem iniciados os trabalhos de construção da praça com engenheiros; estes prometeram que a pracinha teria seu início breve, e que seria concluída antes de 30 de janeiro. (A ORDEM, 1966, p. 06).

Conforme essas falas, podemos notar que, com a aproximação do dia 30 de janeiro de 1966, as atividades foram agilizadas e o novo presidente da FUNDHAP se fez presente cotidianamente na Cidade da Esperança para estudar formas de possibilitar essa celeridade. Esse comparecimento àquele lugar, no entanto, também possuía o intuito de pressionar os trabalhadores para que, até a mencionada data, tudo fosse entregue. Essa pressa poderia ser explicada pelo fato de que 30 de janeiro de 1966 era o dia em que o governo Aluizio Alves terminaria sua administração de maneira gloriosa, inaugurando a Cidade da Esperança. Essa seria uma eficiente maneira de vincular seu nome e o seu governo a esse espaço, pois, mesmo com o governador seguinte, Walfredo Gurgel, sendo de continuidade em relação ao seu, essa celebração seria uma maneira de produzir capital político para si.

Essa vinculação entre certas pessoas e um espaço, que é uma forma de territorialização, clareia as razões de algumas obras dentro da Cidade da Esperança terem sido deixadas por último, tendo suas edificações sido relegadas

para os momentos finais da administração Aluízio Alves, sob o risco serem concluídas apenas por Walfredo Gurgel. Entre elas estavam uma praça e um posto de saúde. (A ORDEM, 1966, p. 06). A primeira seria apenas um espaço de passagem no interior do conjunto habitacional, sendo voltada para os moradores. Estava desencaixada, portanto, de planos políticos maiores. A segunda obra era um posto de saúde e, embora fizesse parte das ações na área da saúde pública, estava identicamente deslocada de projetos maiores, conforme veremos. Por consequência, produziria um efeito político muito pequeno e poderia ser deixada para um momento mais conturbado da construção, pois, caso ficasse inconclusa, não constituiria um prejuízo político significativo. Quando, enfim, foi inaugurada a Cidade da Esperança não tinha o posto de saúde prometido.

A menção aos elementos que compunham o conjunto habitacional, além das casas em si, é um dado relevante para a nossa análise, pois durante o mandato do governador Aluízio Alves foram criadas algumas empresas estatais, como a Companhia de Águas e Solos – CASOL – (TRIBUNA DO NORTE, 1963, p. 06.) e a Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN – (TRIBUNA DO NORTE, 1961, p. 01.) , que atuaram em variados locais do estado. Da mesma maneira, foram construídas várias escolas articuladas a um Plano de Educação cujo objetivo principal era eliminar o analfabetismo. Essas três ações - a do abastecimento de água, a do fornecimento de energia elétrica e a da educação - foram fartamente noticiadas pela Tribuna do Norte e foram costumeiramente associadas a uma ruptura com o passado. Esse jornal, por isso, passou a defender que Aluízio Alves representava o progresso e rompia com o governo anterior.

Foi construído em torno dessas três iniciativas, portanto, o simbolismo do *desenvolvimentismo*, que foi bastante característico da década de 1960<sup>3</sup>. Os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014), em um livro intitulado *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, defendem que a modernização do país a partir do capital nacional foi uma das principais pautas das lutas sociais

---

<sup>3</sup>Sobre esse assunto existem alguns trabalhos que nos servem de referência. Um deles é o de Lucília Neves (2013), intitulado *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo*.

no Brasil. As esquerdas, especialmente aquela concentrada no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), defendiam o desenvolvimento socioeconômico de forma bastante nacionalista e reuniam em torno de si diversos sindicatos e movimentos sociais. Em muitos momentos o PTB contou com o apoio do PSD (Partido Social Democrático), que havia sido formado com diversos ex-interventores do período do Estado Novo e que possuía uma base de apoio diferente daquela dos trabalhistas, alcançando a classe média e o empresariado. (FERREIRA; GOMES, 2004, p. 55-6).

O PSD, portanto, havia incorporado o ideal desenvolvimentista e não se encontrava completamente alheio às propostas nacionalistas quando o assunto era economia. Esse ponto é relevante porque o PSD era o partido de Aluísio Alves bem como de Agnelo Alves e a fundação de empresas estatais no Rio Grande do Norte revela que certas dinâmicas nacionais produziram os seus ecos em solo potiguar. A CASOL e a COSERN estavam alinhadas aos discursos e às práticas políticas brasileiras da década de 1960 e a Cidade da Esperança foi o espaço em que esse ideal foi reunido.

Os serviços de abastecimento de água, de energia elétrica e a construção de escolas eram apresentados como as principais ações da administração Alves e como a Cidade da Esperança era onde elas – que poderiam ser encontradas de forma dispersa em vários pontos do Rio Grande do Norte – estavam reunidas e articuladas, esse espaço passou a ser a síntese do que aquela gestão pretendia dizer de si, ou seja, que era desenvolvimentista. Essa é uma das razões que explica o fato da Tribuna do Norte representar o ritmo de construção dessa nova localidade como acelerado, afinal, o tempo do progresso é sempre o mais rápido possível.

De maneira semelhante, como havia uma tríade que a administração Aluísio Alves havia escolhido para lhe identificar – abastecimento de água, energia elétrica e educação – a construção de um posto de saúde naquele espaço se tornou algo secundário, uma vez que estava desvinculado de planos governamentais mais sistematizados, como eram os outros três. Apesar disso, as ações na área da saúde não foram nulas e houve a construção de um hospital na capital, o Hospital Varela Santiago, e a equipagem do Sanatório Getúlio Vargas. No interior do estado foi erguido o Hospital Maternidade de

Lages e o Hospital Regional de Açu. (TRIBUNA DO NORTE, 1965, p. 03). Nenhuma, no entanto, consistia em atividades sistemáticas no que tange à questão de postos de saúde, que se localizam, sobretudo nos bairros e que visam à descentralização dos atendimentos.

A área da saúde não esteve entre as prioridades do poder público naquele momento e talvez não rendesse os mesmos frutos políticos esperados com a extensão da rede de abastecimento de água, de energia elétrica e com a construção de diversos grupos escolares. Por essa razão, o local destinado ao atendimento médico no novo espaço da capital foi relegado para os momentos mais conturbados das atividades de edificação, que eram aqueles próximos ao término da gestão Alves e de repasse das residências aos seus proprietários. No caso, a possibilidade de entregar o posto de saúde inconcluso seria um problema político menor em relação à incompletude de obras atreladas à identidade que aquela gestão buscou estabelecer de si.

A Cidade da Esperança, dessa maneira, foi onde todos os elementos físicos mencionados e seus respectivos simbolismos foram articulados, formando um microcosmo da administração Aluizio Alves. Ela era, então, a obra composta de obras, a representante do desenvolvimentismo em nível local e o ritmo de trabalho nela era pintado como acelerado, dentre outros, por questões políticas. Esse tempo passou a ser um dos elementos de identidade desse novo espaço, ou seja, tornou-se uma das diferenças dele em relação a outros, o que nos leva novamente à defesa baseada no geógrafo Rogério Haesbaert (2006) de que o tempo pode formar espaços. Esse processo, no entanto, não ocorreu espontaneamente, pois foi engendrado por um grupo político que possuía interesses no controle da velocidade daquelas construções, afinal, delas poderiam decorrer reconhecimento popular de uma gestão e bons dividendos em eleições. O conjunto habitacional, portanto, estava igualmente vinculado aos responsáveis por sua construção e a essa articulação entre um grupo político e certa parcela do solo urbano, cartografada pelo tempo, podemos chamar de *território*. (HAESBAERT, 2006, p. 87).

Esses esforços de celeridade empreendidos pelo poder público, no entanto, foram insuficientes para o alcance de todos objetivos do governo, pois, quando foi enfim aberta para a moradia das primeiras cinquenta famílias

selecionadas para habitar no local, a Cidade da Esperança contava com apenas 400 casas das 570 previstas em seu edital de licitação. (TRIBUNA DO NORTE, 1966, p. 04-6). Isso aconteceu porque a ECEL S/A solicitou um aumento do valor da obra que a FUNDHAP se negou a pagar, o que levou à rescisão do contrato entre as partes. (TRIBUNA DO NORTE, 1966, p. 07).

Especialmente por isso, houve uma desaceleração das construções, cujo ritmo esteve distante de ser linear durante nosso período de estudo. Esses problemas, contudo, foram atenuados por Aluizio Alves com a explicação de que o novo governador eleito em 1965 era seu correligionário e sua administração seria de continuidade. Por isso, caberia a Walfredo Gurgel o desígnio de finalizar as 170 habitações restantes bem como as 96 residências para funcionários públicos ligados ao IPE, o Instituto de Previdência do Estado. (TRIBUNA DO NORTE, 1966, p. 04).

A continuidade da edificação de habitações na Cidade da Esperança pelo padre Walfredo Gurgel, entretanto, compreende uma etapa histórica que extrapola os limites de nossa pesquisa, afinal, esse empreendimento contou com o financiamento do Banco Nacional de Habitação e com a Companhia de Habitação Popular (COHAB). Ela compreende, portanto, uma série de outros processos e de outros jogos políticos em decorrência da ditadura civil e militar. Por essas razões, passaremos agora à análise de outro tipo de construção de habitação popular em Natal na década de 1960, que é a do morro de Mãe Luíza.

### **Mãe Luíza e o regime de autoconstrução**

O bairro de Mãe Luíza sofreu uma atuação mais tímida por parte do governo Aluizio Alves, que ali somente ergueu um grupo escolar e perfurou um poço para o abastecimento de água. Essas ações foram insuficientes para suprir todas as carências daquele bairro que, constituído por uma população bastante pobre, possuía ruas com buracos e sem asfaltamento (A ORDEM, 1966, p. 03.), casas de taipa (A ORDEM, 1965, p. 02.), doença, fome, analfabetismo (SILVA, 2011, p. 129-30.) e mesmo falta de água devido à quebra da bomba que sugava esse líquido do subsolo para a superfície. (A ORDEM, 1966, 03). Existia, ainda, o problema do saneamento básico, pois, das cerca de 2500 habitações que ali

existia, apenas 100 eram saneadas. (SILVA, 2011, p. 129-30). A Igreja Católica, então, assumiu o comando de uma série de atividades que visavam suprir essas privações, especialmente por temor de uma subversão urbana provocada por esse espetáculo da pobreza.

Essas ações ficaram conhecidas como Frentes de Trabalho João XXIII e foram iniciadas no ano de 1965, mas tiveram o auge de suas ações em 1966. (SILVA, 2011, p. 125-33). Elas funcionavam da seguinte forma: a Igreja fazia arrecadação de alimentos e de materiais de construção, enquanto a população local empenhava a sua mão-de-obra a serviço da comunidade. Os trabalhadores recebiam um pequeno soldo que não se constituía enquanto um salário. (A ORDEM, 1966, p. 03). Era apenas uma ajuda de custo, pois diversos dos pedreiros dedicados a essas atividades estavam desempregados. As Frentes, portanto, seriam uma forma de evitar que essa parcela da população permanecesse ociosa, tornando-se “campo fácil à prostituição e à iniciativa ao crime”, elementos da desordem social. (A ORDEM apud SILVA, 2011, p. 130).

A Igreja Católica, por esse motivo, levou esse projeto para além de Mãe Luíza, chegando também a Aparecida, a Morro Branco, ao Carrasco, a Nova Descoberta e ao Juruá. Entretanto, o primeiro local citado foi onde as ações foram mais intensas, inclusive pelo número de trabalhadores envolvidos, pois, enquanto em Mãe Luíza cerca de cem pessoas se ligaram a essas ações, cada um dos outros espaços tinha menos de quinze. (A ORDEM, 1966, p. 03). Esse foi um dos motivos que nos levou a selecionar esse território para a análise, afinal, esse volume pressupõe uma maior dinâmica no labor desempenhado, permitindo uma aproximação maior com as iniciativas na Cidade da Esperança.

Perscrutando as folhas amareladas do jornal A Ordem, por conseguinte, pudemos encontrar dizeres como este acerca das Frentes de Trabalho João XXIII:

O número de trabalhadores varia de dia em dia, porque o que recebem não é um salário que faça concorrência com os da indústria e comércio locais. Assim, quem descobre trabalho remunerado ‘cai fora’, voltando quando desempregado. (A ORDEM, 1966, p. 03).

Por meio dela podemos perceber que o número de pedreiros nessa série de atividades era algo mais problemático do que o dado que expomos acima, ou

seja, o número deles era flexível, uma vez que a remuneração era bastante baixa, não chegando a um salário fixo. Dessa forma, quando aqueles trabalhadores encontravam oportunidade melhor abandonavam o labor em sua comunidade para assim garantir melhores condições de vida para si e para a sua família. Identicamente, podemos perceber que esse desligamento ocorreu muitas vezes para se buscar setores distintos daquele da construção civil, em especial o do comércio, tendo em vista que inexistia um parque industrial em Natal naquele período. Essas saídas de operários, portanto, comprometeram o andamento dos trabalhos em Mãe Luíza.

O ritmo que foi desenvolvido naquele território identificado como espaço da pobreza, do desemprego, do crime e da prostituição foram mais lentos do que aqueles produzidos na Cidade da Esperança especialmente pela questão do trabalho, pois, enquanto no conjunto habitacional havia prazos determinados por razões políticas, no alto do morro os interesses eram mais comunitários e visavam a solidariedade. Isso implicou em outras relações com o tempo, havendo como consequência uma despadroneização das atividades, conforme podemos notar a seguir:

Às 17 horas vão para a casa, na maioria, com a satisfação de um dia útil, de um dia passado como homem, fazendo algo de importante e dando a comer à família. Alguns ficam até mais tarde – uma equipe que está lutando com o buraco na Guanabara, onde muito carro já ficou atolado trabalham altas horas. Uma noite esta semana estavam lá até a madrugada; mas isso é exceção. Normalmente vão para a casa às 18 ou 19 horas. (A ORDEM, 1966, p. 03).

O periódico católico também evidenciou, conforme era seu intuito, a dedicação daqueles moradores ao labor, ainda que desempenhado em horários irregulares. Essa foi uma estratégia do jornal para desconstruir a imagem que se tinha daqueles habitantes, mal vistos na cidade pelo local em que residiam e associados aos riscos sociais da ociosidade. (SILVA, 2011, p. 129).

Essa metamorfose que a Igreja Católica buscou fazer daqueles moradores tinha por intuito garantir as doações de alimentos e materiais de construção de que careciam as Frentes que atuavam em Mãe Luíza. Por isso, a despeito do discurso de aceleração das ações naquele local, era possível encontrar falas que apontam em outro sentido, revelando, na verdade, que as atividades paravam

em alguns momentos devido à escassez de tijolos, argamassa, ferramentas. Novamente, a despadroneização do trabalho no local era evidenciada:

Em Mãe Luíza, lugar dos melhoramentos mais dramáticos nas estradas (um trabalho de mais ou menos cem homens), há também os trabalhos de construção do centro social, que estão, por sinal, quase parados por falta de material e principalmente de água, apesar da bomba nova instalada pelo governo estadual.

[...]

A campanha de Frentes de Trabalho já encontrou um problema bastante grande: o de material [...]. Mas é claro que as comunidades – escolhidas, aliás, pela vontade de trabalhar e a necessidade dos projetos – não tem meios para fornecer também piçorro, a água, os tijolos e as pedras... sem falar no cimento, que é um drama em toda parte da cidade. (A ORDEM, 1966, p. 03).

Nesses trechos podemos perceber que as atividades em Mãe Luíza perderam bastante de sua velocidade pelo fato de dependerem demasiadamente dos corações caridosos e de certos serviços oferecidos pelo poder público que funcionavam deficitariamente, como o abastecimento de água.

Da mesma forma, o autor da matéria destacou a escassez de cimento, apresentada como uma deficiência que atingia a todos. De fato, encontramos referência a isso na Tribuna do Norte. Na matéria destinada a esse assunto foi dito que a falta de argamassa atingia tanto as iniciativas particulares quanto as públicas e que essa insuficiência durou meses, levando a uma mobilização da Associação do Comércio e do governo do estado, que pediu a ajuda da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. A escassez de cimento era explicada pelo fato das fábricas de João Pessoa e de Recife, as principais fornecedoras do Nordeste, terem destinado a maior parte de sua produção para obras do governo federal na região. Essas eram principalmente a construção do açude de Banabuiú, situada no Ceará, e da barragem de Boa Esperança, localizada no Piauí. Além dessas, havia outras obras do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. (TRIBUNA DO NORTE, 1963, p. 03).

A insuficiência de abastecimento de argamassa, portanto, foi apresentada na Tribuna do Norte como um descompasso entre a capacidade produtiva das fábricas do Nordeste e a grande demanda aberta pelo governo federal. As menções a esse fato, no entanto, datam principalmente do ano de 1966, quando a Cidade da Esperança se encontrava em fase de finalização. Isso significa que o

prejuízo para esse local foi menor em relação à Mãe Luíza, cujas obras atingiram maior envolvimento da comunidade justamente no período de maior escassez de cimento. Além disso, a diferença de poder financeiro entre ambas as edificações era imensa, pois ao passo em que os habitantes do morro careciam de doações para encaminhar suas atividades, o conjunto habitacional recebia financiamento do governo estadual e de um órgão dos Estados Unidos denominado Aliança para o Progresso, que investiu milhões de dólares na construção de moradias.

A Aliança para o Progresso, conforme o historiador Henrique Pereira (2005), foi um programa do governo estadunidense desenvolvido, sobretudo, a partir de 1959, quando houve a Revolução Cubana e Fidel Castro e Che Guevara passaram a governar a referida ilha caribenha. Dessa maneira, temeroso de que processos semelhantes ocorressem em outros lugares, o Estado americano passou a investir em diversos países da América Latina a fim de livrá-los das condições de pobreza que haviam gerado as guerrilhas em Cuba. Um dos países que recebeu esses investimentos foi o Brasil e um dos principais locais para onde esses dólares fluíram foi o Rio Grande do Norte. (PEREIRA, 2005, p. 05).

No período, entrelaçando o texto de Jorge Ferreira e Angela Gomes(2014) com o de José Evangilmárisson Leite (2008), havia correntes da esquerda nacionalista que rechaçavam a presença estadunidense no Brasil, pois, ainda que ela se fizesse sentir por meio de investimentos que poderiam desenvolver o país e em especial o Nordeste, havia o temor de que isso fosse mais uma forma de dominação americana. A Aliança para o Progresso muitas vezes foi atrelada, portanto, ao que era comumente denominado de *imperialismo*, ou seja, seria apenas mais uma forma dos Estados Unidos espriarem seu poder pelo mundo. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 91-2 e LEITE, 2008, p. 65-6). Apesar disso, o governo Aluízio Alves recebeu uma generosa quantia, com a qual passou a investir em diversas áreas, dentre elas a de habitação popular. A Cidade da Esperança, em termos financeiros, contou com mais dinheiro estadunidense do que brasileiro e, apesar de possuir relação com o discurso desenvolvimentista – este com forte veio nacionalista – esse espaço tencionou a relação de Alves com o espectro político da esquerda.

Com a fonte de recursos mencionada, a escassez de cimento foi sentida no conjunto habitacional de forma mais atenuada em relação ao que aconteceu no morro de Mãe Luíza, que dependia tão somente de doações. Isso revela, portanto, que a despeito de haver dois espaços na cidade de Natal que buscavam atender à demanda por moradia, um recebeu mais atenção do que o outro por parte do Estado. A margem aberta por essa instituição, portanto, fez com que outra, a Igreja Católica, preenchesse-a sob a alegação de que a população habitante do morro poderia oferecer perigos sociais bastante sérios caso permanecesse ociosa e vivendo em condições indignas. A defesa de que os católicos iriam atuar no veio não fechado pelo Estado em termos de construção de casas, inclusive, foi um ponto mencionado no jornal A Ordem, revelando, portanto, que era esse o pensamento da Igreja ao montar as Frentes de Trabalho João XXIII. (A ORDEM, 1963, p. 01).

De fato, a assistência do governo do estado ao bairro de Mãe Luíza foi mínima e, em grande parte por isso, os ritmos que ali foram desenvolvidos foram mais lentos que aqueles do conjunto habitacional. Além disso, podemos perceber que o cimento, escasso em Natal de forma geral, não se constituiu enquanto grave problema na Cidade da Esperança, o que revelava os diferentes níveis de empenho da administração Aluizio Alves acerca dos problemas habitacionais na capital. Isto posto, concordamos com Wesley Silva (2011) quando ele afirma que o território constituído pelo governo na referida urbe era um *espaço formal*, ao passo que a ocupação situada no alto do morro foi um *espaço informal*. (SILVA, 2011, p. 118-34). Entretanto, precisamos identicamente reconhecer que, no estudo desse historiador, as preocupações com as temporalidades existentes em cada uma dessas localidades passaram ao largo de sua análise.

Essas colocações nos permitem retornar aos nossos questionamentos iniciais, voltados para a ligação tempo-espaço e para as relações entre a Cidade da Esperança e Mãe Luíza. Ambos os espaços serviram à solução dos problemas habitacionais em Natal, entretanto, eles foram destinados a grupos sociais diferentes e, da mesma maneira, a participação do governo Aluizio Alves em cada um deles foi bastante distinta, o que pode ser explicado por razões políticas. O conjunto habitacional representava, na capital, tudo que aquela

administração buscava dizer de si, em especial a parte relativa ao progresso. Ela concentrava as principais frentes de atuação daquele governo e seria um de seus símbolos. Por essa razão, a ela foi dada atenção especial. Mãe Luíza, por seu turno, foi ocupada por pessoas bastante pobres, era uma povoação não reconhecida oficialmente, dependeu de donativos para se estruturar e, a despeito de ter recebido algumas obras do poder público, ficou alheia à aceleração das atividades existente no outro espaço urbano.

Isso nos leva a pensar que, na gramática urbana daquele período, a relação entre esses dois lugares foi o que possibilitou a constituição de significados para ambos. Com isso, foi também a heterogeneidade de temporalidades existentes nesses dois espaços, todos destinados a suprir o déficit habitacional, que houve a constituição de territórios. (HAESBAERT, 2006, p. 104). Cada espaço possuía seu tempo, o que os distinguia e delineava. Esses ritmos, portanto, eram representantes de seus lugares, de seus agentes, de suas formas de financiamento, de suas maneiras de funcionamento e dos interesses envolvidos nas edificações. Essas distinções poderiam ser percebidas tanto pela contemporaneidade das ações na Cidade da Esperança e em Mãe Luíza quanto pelo fato delas estarem presentes na cultura jornalística da cidade, sendo divulgados sistematicamente. O conjunto habitacional apareceu cotidianamente na Tribuna do Norte, ao passo que a ocupação no morro foi o alvo de uma série de matérias do hebdomadário A Ordem, especialmente daquela intitulada *O morro já tem vez*.

## **Conclusão**

A demanda por moradia foi um dos elementos da cultura urbana natalense dos anos 1960. Por isso, tanto o Estado quanto a Igreja Católica desenvolveram uma série de iniciativas para procurar resolver o problema. O governo do estado passou a construir um conjunto habitacional inspirado na arquitetura moderna e com financiamento internacional, ao passo em que a instituição religiosa passou a pedir doações aos seus fiéis para ajudar a construir, pelo sistema de autoconstrução, casas e infraestrutura no morro de Mãe Luíza. Esses dois espaços, portanto, visavam ao mesmo fim, mas tiveram

ritmos de edificação diferentes, sendo um mais rápido que o outro. Isso se deveu, além das razões expostas, ao interesse político envolvido na edificação da Cidade da Esperança, que era também uma plataforma política do grupo ligado a Aluízio Alves, pois, além de promover o governador, também foi o espaço a partir do qual Agnelo Alves popularizou o seu nome.

Os ritmos referentes a cada um desses espaços foi crucial para a formação de territórios no interior da urbe, pois enquanto um espaço se caracterizou pela celeridade nas ações, o outro seguiu um andamento mais cadenciado proporcionado pela escassez de materiais e de mão-de-obra que comprometiam a formulação de um padrão de trabalho, com horários e quantidade de operários bem delineados. Essas questões, portanto, evidenciam que a forte presença do Estado em certa área urbana e sua parcimoniosa assistência a outra fez com que as velocidades dos empreendimentos fossem bastante diferentes entre si. Houve, portanto, um entrelaçamento entre questões urbanas e políticas na Cidade da Esperança que não chegou da mesma forma a Mãe Luíza. Isso desencadeou a formulação de territórios com temporalidades completamente destoantes.

## **Bibliografia**

AGNELO ALVES RESPONDERÁ sobre casas populares, sábado, pela Rádio Cabugi. **Tribuna do Norte**. Natal, 2 jul. 1964.p.08.

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **Habitação Social: origens e produção** (Natal, 1889- 1964). São Carlos: USP, 2007. 235 p. Dissertação (mestrado) – Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

ALUÍZIO ENTREGARÁ AO POVO quatro hospitais dia 7 de setembro. **Tribuna do Norte**. Natal, 4 ago. 1965.p.03.

ALVES, Aluízio. **Memória Viva de Aluízio Alves**. Natal: EDUFRN, 1998.  
\_\_\_\_\_. **A verdade que não é secreta**. Natal: [s/n], 2004.

ARAÚJO, Felipe Tavares. **A argamassa da casa e do conflito: os usos políticos da construção da Cidade da Esperança feitos pelo grupo aluizista (1964-1966)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas, 2004.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís A. G. de. **Habitação e Poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BONDUKI, Nabil. **As origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CANÊDO, Leticia Bicalho. As metáforas na transmissão do poder político: questões de método. **Caderno Cedes**, Campinas, v.18, nº 42, 1997.

\_\_\_\_\_. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pro-Posições**, Campinas, v.13, nº 3, p.169-198, set./dez. 2002.

CAPETALO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: IHGRN, 1999.

CIDADE DA ESPERANÇA é realidade. **A Ordem**, Natal. 2 jan. 1965.p.02.

CIDADE DA ESPERANÇA FOI SONHO que vai ser realidade a 30 de janeiro. **Tribuna do Norte**. Natal, 9 jan. 1966.p.07.

CIDADE DA ESPERANÇA MARCARÁ INÍCIO de uma nova era para os humildes. **Tribuna do Norte**. Natal, 4 jan. 1966.p.04/06.

CIDADE DA ESPERANÇA RETOMOU o ritmo de Brasília para ser inaugurada no dia 30. **Tribuna do Norte**. Natal, 1 jan. 1966.p.04

CLAVAL, Paul Charles C. Geografia Cultural: um balanço. **Geografia**, Londrina, v.20, nº3, p.5-24, 2011.

COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS do Rio G. do Norte na Assembleia: Mensagem Governamental. **Tribuna do Norte**. Natal, 21 nov. 1961.p.01.

CONTRUÍDA PARA OS OPERÁRIOS Cidade da Esperança será inaugurada no dia 31. **Tribuna do Norte**. Natal, 21 jan. 1966.p.05.

DELEUZE, Gilles & GUATARI, Félix. 1227 – Tratado de nomadologia: A Máquina de Guerra. In: \_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 11-110.

DIRETOR DA ESCEL [sic] garante que entregará Cidade da Esperança dentro do prazo estabelecido. **Tribuna do Norte**, Natal. 18 março 1965.p.08.

FALTA DE CIMENTO persiste e produto chega sempre pouco. **Tribuna do Norte**. Natal, 11 jan. 1966.p.03.

FECHANDO “COM CHAVE de ouro” a administração AA: Cidade da Esperança será inaugurada ao fim de janeiro. **A Ordem**. Natal, 1 jan. 1966.p.06

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela. **1964: o golpe que derrubou o presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.p.55-56.

FERNANDES, Calazans; TERRA, Antonia. **40 horas de esperança: o método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos**. São Paulo: Ática, 1994.

FUNDAÇÃO DE HABITAÇÃO Popular Pedreiro. **Tribuna do Norte**, Natal. 13 nov. 1964.p.01

GORDON, Lincoln. **O progresso pela Aliança**. Rio de Janeiro: Record, 1962.

GRIFFIN, Daniel. O morro já tem vez. **A Ordem**, Natal. 22 jan. 1966.p.3.

HABITAÇÃO POPULAR. **A Ordem**. Natal, 4 mai. 1963.p.01.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

INSTALADA, OFICIALMENTE a Companhia de Águas e Solos. **Tribuna do Norte**. Natal, 5 nov. 1963.p.06

LEITE, José Evangilmárisson Lopes. **Em nome da ordem: a Prefeitura de Natal como espaço de subversão**. 2008.p.134. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

LIMA, Jailma Maria de. **Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2010.

LIMA Pedro de. **Luís da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal**. Natal: EDUFRN, 2006.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte 1909-1987**. São Paulo: Cortez; Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MEDEIROS, Sara R. F. Q. **A casa própria: sonho ou realidade?** Um olhar sobre os conjuntos habitacionais em Natal. Natal: UFRN, 2007. 113 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

NAHUD JÚNIOR, Antonio. **Agnelo Alves: oito décadas**. Natal: [s/n], 2012.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **A Cidade e a Guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

PEREIRA, Henrique A. de A. R. **Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961 – 1966)**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.

\_\_\_\_\_. Modernizar para não mudar: a “Aliança para o Progresso” no Rio Grande do Norte. In: BUENO, Almir de Carvalho (Org.) **Revisitando a História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2009.

\_\_\_\_\_. **O homem da Esperança: uma experiência populista no Rio Grande do Norte**. 1966. 154 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História e Espaço**. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

\_\_\_\_\_. Espacialidade e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.15, n.º1, p.169-193, Verão, 2010.

\_\_\_\_\_. Zona de confluxo: a integração da historicidade do espaço por meio do exame da discussão do afastamento da História em relação à Geografia. **Revista Porto**, Natal, v.1, n.1, p.111-126, 2011.

PIRES, Patrícia Padilha. **A esperança da Esperança: o Grupo Escolar Professor Raimundo Soares e a constituição do bairro Cidade da Esperança (1966 – 1970)**. Natal: UFRN, 2004. 67p. Monografia (Especialização) – História do Campo e da cidade, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

REVEL, Jaques. Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII – XIX. In: \_\_\_\_\_. **A invenção da sociedade**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia Cultural:** uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. **Cartografia dos Tempos Urbanos:** representações, cultura e poder na cidade do Natal (década de 1960). Natal: EDUFRN, 2011.

TORQUATO, Arthur. **O plantador de cidades:** Sylvio Pedroza e sua Natal moderna (1946-1950). Natal: Ed. Sol, 2013.

TRIBUNA POLÍTICA. **Tribuna do Norte**, Natal. 20 ago. 1964.p.02

\_\_\_\_\_. **Tribuna do Norte**, Natal. 2 dez. 1964.p.02

\_\_\_\_\_. **Tribuna do Norte**, Natal. 10 dez. 1964.p.02

\_\_\_\_\_. **Tribuna do Norte**. Natal, 16 dez. 1964.p.02

\_\_\_\_\_. **Tribuna do Norte**. Natal, 12 jan. 1966.p.04.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.